|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| *ACONTECEU*  Moçambique poderá encaixar cerca de 95 biliões de dólares norte-americanos nos próximos 30 anos em consequência da descoberta e exploração de 180 triliões de metros cúbicos do gás natural liquefeito da Bacia do Rovuma, na Província de Cabo de Delgado.  O facto foi dado a conhecer, terça-feira passada (21), em Maputo, pelo Presidente da Comissão do Plano e Orçamento (CPO) da Assembleia da República (AR), António Rosário Niquice, durante uma auscultação pública em torno da Proposta de Lei que Cria o Fundo Soberano de Moçambique (FSM).  Segundo o deputado, é um montante avultado cuja gestão transparente requer a definição de políticas públicas condicentes com o modelo a ser adoptado na República de Moçambique.  Neste sentido, o Deputado entende que há necessidade de o país garantir uma maior transparência e boa gestão dos recursos resultantes da exploração da indústria extraciva, ʺrecursos que possam garantir a criação de condições necessárias para a melhoria da vida dos moçambicanosʺ.  “A Proposta de Lei que Cria o Fundo Soberano é estruturante e relevante e corresponde aos anseios da maioria, garantindo que os recursos não só possam servir os moçambicanos actuais mas também as gerações vindouras, disse Niquice sublinhando que há, no entanto, alguns aspectos que precisam de ser aprimorados relacionados ao modelo a ser adoptado.  Contudo, garante o Deputado que não há dúvidas que quanto à relevância, oportunidade e tempestividade de Moçambique ter um fundo soberano que garanta uma gestão transparente, o documento é extremamente importanteʺ.    Relativamente às auscultações públicas realizadas, semana passada, nas capitais provinciais no País para a recolha de contribuições para o enriquecimento da Proposta de Lei que Cria o Fundo Soberano, Niquice afirmou que o processo resulta do reconhecimento do princípio constitucional segundo o qual ʺa soberania reside no povoʺ.  ʺEstamos agora numa fase derradeira de auscultações públicas em torno da Proposta de Lei que cria o FSMʺ, frisou o Presidente da CPO para quem as Comissões de Trabalho da AR têm elementos suficientes para indagar o Governo, na qualidade de proponente da proposta.  Por sua vez, o Director Executivo do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), Hermenegildo Mulhovo, instou aos deputados da Assembleia da República da necessidade de aprovar um documento final da Lei do Fundo Soberano que espelhe, de facto, os anseios e espectativas da sociedade moçambicana como um todo.  Mulhovo, que falava durante uma auscultação pública sobre a Proposta de Lei do Fundo Soberano, organizada pela Assembleia da República em parceria com o IMD, sublinhou que o debate público sobre este instrumento legal visa captar as diversas perspectivas, sensibilidades e contribuições dos múltiplos actores para o seu melhoramento e enriquecimento.  “Recentemente, a Assembleia da República recebeu a Proposta de Lei que cria o Fundo Soberano para apreciação e aprovação, tendo iniciado um processo de auscultação a nível das províncias de todo o país, com vista a captar e recolher as contribuições sobre a proposta em causa”, disse Mulhovo explicando todos os moçambicanos são chamados a exercer a soberania sobre os seus recursos naturais e a criação do Fundo Soberano para o país foi o modelo encontrado para que esse desiderato seja atingido.  A auscultação pública desta terça-feira contou com cerca de 80 participantes, dentre deputados da AR, membros das Assembleias Provinciais, representantes dos Partidos Políticos, do Governo e das Organizações da Sociedade Civil. | | | | |
| BREVES  As Comissões do Plano e Orçamento (CPO) e dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (CACDHL) participaram, quinta-feira passada, em Maputo, num Seminário de Avaliação da Proposta de Lei que Cria o Fundo Soberano de Moçambique (FSM) nas Componentes Crianças, Adolescentes e Jovens de hoje e do amanhã.  A Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social (CASGTCS) prosseguiu com a apreciação, em Grupos Parlamentares, das Propostas de Lei das Organizações Sem Fins Lucrativos e de Promoção e Protecção da Pessoa com Deficiência.  A Comissão das Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades (CRICC) realizou uma Audição Parlamentar a Ministra do Interior, Arsénia Massingue, para colher subsídios em torno dos ataques e queima de viaturas com matrícula moçambicana na República da África do Sul.  Na ocasião, a Ministra do Interior garantiu que o Governo moçambicano está a trabalhar com as autoridades governamentais sul-africanas com vista a se pôr termo a esta situação e disse ainda estar a se estudar a proposta dos transportadores moçambicanos sobre a possibilidade de se introduzir uma escolta policial de Moçambique àquele país vizinho para dissuadir práticas criminosas que têm acontecido.  A Comissão de Petições, Queixas e Reclamações reuniu-se para dar prosseguimento com a apreciação da Proposta do Relatório a ser apresentada à VII Sessão Ordinária (SOAR) da IX Legislatura, bem como analisar as petições da zona Sul. | | | | |
| Actualidade Parlamentar  **Assembleia da República**  **Secretariado-Geral** | **Editor: *Gabinete de Imprensa*** **Ano XVII N° 25 27 de Março de 2023**  **Sede: Av. 24 de Julho nº 3773, CP: 1516, Telef. 21225100, Fax: 21400711, Maputo** **E-mail:** [**giar@parlamento.co.mz**](mailto:giar@parlamento.co.mz%20) **;** [**www.parlamento.mz**](http://www.parlamento.mz) **23º Dia da VII Sessão Ordinária da IX Legislatura** | |
| **DESTAQUES**  **CACDHL e CPO Auscultam Governo sobre Fundo Soberano**  **CAEA em Audição Parlamentar sobre Proposta de Revisão da Lei do Caju** |  | ORDEM DO DIA  **09h00 - *Início dos Trabalhos.***  As Comissões do Plano e Orçamento (CPO) e dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (CACDHL) promovem, pelas **10h00**, uma **Audição Parlamentar** ao Ministro da Economia e Finanças, Ernesto Max Tonela, sobre a Proposta de Lei que Cria o Fundo Soberano.  Depois da audição Parlamentar, a CACDHL reúne-se, em Plenário, para apreciar os Projectos de Lei de Revisão Pontual da Lei nº 8/2013, de 27 de Fevereiro, que Estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição do Presidente da República e dos Deputados da Assembleia da República, alterada e republicada pela Lei nº 12/2019, de 31 de Maio; e de Lei de Revisão Pontual da Lei nº 3/2019, de 31 de Maio, que Estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição da Assembleia Provincial e do Governador da Província.  A Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente (CAEA) 5ª Comissão realiza, das 09 ás 10h30, uma **Audição Parlamentar** a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) sobre a Proposta de Lei que altera a Lei nº 13/99, de 1 de Novembro, Lei de Caju.  Ainda nesta segunda-feira, das **11h00 as 13h00**, a 5ª Comissão realiza uma **Audição Parlamentar** às Associações Moçambicana de Promoção de Cooperativismo Moderno (MPCM) e das Indústrias de Caju, bem como à Agência Francesa de Desenvolvimento.  A Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social (CASGTCS) aprecia, em Grupos Parlamentares, a Proposta de Lei das Organizações Sem Fins Lucrativos.  A Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades (CRICC) reúne-se para fazer o balanço das Audições Parlamentares realizadas em torno dos ataques e queimas de viaturas com matrículas moçambicanas na África do Sul, bem como apreciar o Relatório da VII Sessão Ordinária da Assembleia da República, na sua IX Legislatura.  A Comissão de Petições, Queixas e Reclamações (CPQR) reúne-se para continuar a apreciação da Proposta de Relatório a ser apresentado a VII Sessão Ordinária da Assembleia da República, na sua IX Legislatura. |
|  | | |

**Previsão do Tempo: Hoje, Cidade de Maputo: Máx – 31; Min - 21; Fonte: INAM**